

6. Considerações quase finais

Denomino esta seção de ‘considerações quase finais’ por não haver conclusões definitivas baseadas nesta pesquisa. O que fica presente, após algum tempo de dedicação e reflexão são os questionamentos, alguns esclarecidos, outros construídos a partir desta pesquisa.

Nestas considerações quase finais apresento, então, os aspectos que mais me chamaram atenção durante a pesquisa. Enumero aqui apenas alguns elementos, pois os depoimentos das travestis e transexuais entrevistadas me permitiriam abordar inúmeras questões.

Percebi, ao longo da pesquisa, que só o fato de pesquisar, fazendo indagações a partir da trajetória de vida de travestis e transexuais, bem como das suas relações com as políticas públicas, já produziu em mim e também na minha trajetória uma diferença significativa: implicou notar que quem perguntava e quem respondia viam-se como parte do processo, escutavam-se.

Nesse trabalho, muito mais que repostas, apresento diversas perguntas que me orientaram a seguir um eixo de reflexão que teve como objeto de investigação sujeitos sociais subalternos do ponto de vista de suas sexualidades e identidade de gênero. A tentativa de dialogar, utilizando as categorias de travestilidade e transexualidade, com os estudos de sexualidade e gênero, tendo como ponto norteador as noções de identidade/representação social, trouxe-me perspectivas que acredito serem fundamentais para a análise e discussão do material colhido nas entrevistas.

Os dados coletados por meio de entrevistas e de observação permitem que se chegue a alguns caminhos. De modo geral, os apontamentos consistem nas experiências de vida dessas entrevistadas, a descoberta da sexualidade, a negação do sexo anatômico e de afastamento dos padrões sociais vinculados ao modelo hetero-normativo, para então, aproximarem-se e vivenciarem a travestilidade e a transexualidade. As travestis, apesar de se ajustarem às referências e hábitos

femininos para serem aceitas no cotidiano e expressarem suas identidades, não assumem o papel feminino na sua integralidade e nem esperam transformar-se fisicamente em mulheres, como é desejado pelas transexuais. As transexuais buscam adequar-se ao modelo feminino, alterando seus corpos e comportamentos sociais, na busca de serem reconhecidas a partir da percepção de serem mulheres.

Nesta construção de ambas as identidades, as transexuais buscam diferenciar-se das travestis pela busca do conhecimento, identificações, subjetividades, diferenciações de discursos e habilidades profissionais, possuindo autodenominações e denominações específicas utilizadas entre elas. Salienta-se a existência de classificações temporárias, indicando a fluidez de identidade pelos grupos de pertencimento. Essa dinâmica reforça a desconstrução que, cada vez mais, desconsidera a orientação sexual e a genitália enquanto marcos rígidos identitários de gênero.

Por fim, os nomes femininos são, muitas vezes, apropriados ou sugeridos a partir de figuras públicas, sobretudo em se tratando daqueles extraídos de personagens de filmes, telenovelas ou outros programas de TV.

A presente dissertação apontou que as travestis e transexuais encontram-se sem acesso aos direitos como a saúde, assistência social, trabalho, educação e outros.

Em relação à educação, percebemos evasão do ambiente escolar por parte desse segmento social, provocando baixos índices de escolaridade e, conseqüentemente, de inserção no mercado de trabalho formal. Um possível caminho seria: formação e educação continuada dos/das profissionais de educação referente à diversidade sexual e à diversidade LGBT, com a implantação efetiva de abordagem sobre estes temas nas escolas junto aos estudantes.

Um dos mecanismos mais largamente utilizados pelos órgãos que atendem as travestis e transexuais consistem em ignorar o nome social de seus membros, evocando-os por seus nomes de registro, ignorando o reconhecimento que reivindicam de utilizar seus nomes sociais em listas de presença, crachás, avaliações e atividades escolares.

É recorrente, por parte desses órgãos a omissão, conivente com posturas discriminatórias, e mesmo a expressa concordância com atentados à dignidade de LGBT, no lugar de se promover a harmonização do convívio com as diferenças.

Em relação à saúde para travestis e transexuais, também se apresentou um cenário de conflitos e tensões. Assim, recomendo aos gestores de saúde e profissionais que trabalham não somente com prevenção e tratamento do HIV/Aids, mas também com políticas de saúde, que contemplem as especificidades desse segmento.

As travestis e transexuais estão presentes nos hospitais, clínicas e atendimentos de saúde, por isso, políticas como o SUS (Sistema Único de Saúde) devem incluir atendimento para elas nos hospitais universitários ou de base para acompanhamento da terapia hormonal que muitas demandam. Trata-se também de tecer recomendações para que clínicas e hospitais que fazem atendimento pelo SUS criem projetos para a colocação de próteses de silicone, promovendo, assim, a redução de danos pelo seu uso indevido e a capacitação e qualificação dos profissionais envolvidos.

O SUS deve resguardar, em suas diretrizes, a abertura para outras destinações possíveis para o processo que a travesti e a transexual necessitam que seja realizado na elaboração de sua condição. A atenção à transexualidade deve considerar, necessariamente, a rede relacional dos indivíduos, suas condições de inserção/exclusão social, bem como estratégias de vinculações que permitam ao transexual encontrar amparo simbólico no laço social.

Assumindo o compromisso na promoção da inclusão social de travestis e transexuais, devemos problematizar a lógica dos saberes e poderes que reconhecem e acolhem as pessoas travesti e transexual no universo cultural e simbólico, mas sob a pena da exclusão, da marginalização e da patologização de sua condição humana.

É necessário destacar que foram alcançados espaços institucionais mínimos de formalização da discussão sobre saúde da população LGBT no Rio de Janeiro, que precisam ainda ser fortalecidos. Porém, os desdobramentos das discussões sobre o processo transexualizador no SUS explicitam o modo como o esforço de conciliação entre o movimento social, por um lado, e os parceiros governamentais, por outro, é uma estratégia necessária para a efetivação de encaminhamentos na gestão das políticas públicas de saúde.

Entre as contribuições desta dissertação, estão os diversos apontamentos para novas pesquisas apresentados ao longo da discussão. Em especial, um de seus desdobramentos se refere à necessidade de se pensar em projetos sociais, de

saúde e assistência social que se voltem para as peculiaridades de pessoas que assumem sua identidade de gênero, visando à promoção de todas as políticas sociais, com a finalidade de modificar o cotidiano marcado por tantos preconceitos e discriminação.

Portanto, considero de fundamental importância manter um campo de reflexão sobre o tema, a fim de promover um deslocamento que permita aos serviços de assistência e saúde a pessoas travestis e transexuais acolher integralmente esses indivíduos, valorizando sua diversidade sem que se mantenham fixados às exigências institucionais.

É importante levar sempre em conta que certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser considerados meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, porque não se conformam às normas do padrão heterossexual sócio-historicamente constituído.

As travestis e transexuais são um segmento da sociedade estigmatizado e negligenciado pelas políticas públicas, cujo cotidiano é marcado por discriminação, exclusão e violência, que influencia na construção e na formação da própria identidade. Portanto, faz-se necessária uma interlocução entre a Política Nacional da Saúde e da Política Nacional de Assistência Social com as demais políticas sociais, para efetivar e garantir direitos para que todos os cidadãos e cidadãs sejam reconhecidos independentemente da sua identidade de gênero.

Desejo avançar nesta pesquisa, fazendo uma interlocução maior com o Serviço Social, o que considero fundamental, ambicionando contribuir com um olhar mais profundo para as análises da pesquisa e o material colhido.

Entendo que reside uma enorme importância em discutir este tema na Universidade e no campo profissional. Acredito que, partindo na formação e na prática desses profissionais, há possibilidade de pensarem na dimensão subjetiva da identidade de gênero, rompendo com essa rotulação da sociedade heteronormativa, que é imposta, para, a partir disto, passarmos a respeitar suas especificidades.

Acredito que este momento é de síntese, mas também de abertura a outras indagações, e que a relação com o tema proposto deva ser melhor trabalhada em novos e profícuos estudos desta pesquisadora, pois este tema me instiga e convida a novas pesquisas.

Finalizo pensando, assim como Clarice Lispector: “enquanto tiver dúvidas, e não tiver respostas, continuarei escrevendo.”

Continuemos...